

**RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 121.198 - ES  
(2019/0355559-4)**

**RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ**  
**RECORRENTE : LUCAS FRAGA ROSENDO (PRESO)**  
**ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

**DECISÃO**

**LUCAS FRAGA ROSENDO** alega sofrer coação ilegal diante de acórdão do **Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo**, que denegou a ordem no HC n. 0015263-15.2019.8.08.0000.

Neste recurso, busca a expedição de alvará de soltura ou a imposição de medidas cautelares diversas da prisão, por entender que sua custódia preventiva – imposta pela suposta prática dos delitos previstos nos arts. 157, § 2º, II e § 2º-A, I (várias vezes) na forma do art. 71, ambos do CP e 244-B do ECA – foi decretada por decisão carente de fundamentação idônea.

Em pesquisa processual feita no sítio eletrônico do Tribunal de origem, constata-se que, **em 6/11/2019, foi proferida sentença condenatória em desfavor do recorrente**. Em contato telefônico mantido com a 4ª Vara Criminal da Serra, o Gabinete foi informado que a prisão preventiva do réu foi mantida.

Dessa forma, **a prolação do novo *decisum* evidencia a prejudicialidade deste recurso ordinário em habeas corpus**, pois "não cabe a esta Corte averiguar a motivação do novo decreto construtivo sem que haja prévia submissão dessa tese ao Tribunal de origem, sob pena de indevida supressão de instância" (AgRg no HC n. 251.260/MG, Rel. Ministro Og Fernandes, 6ª T., DJe 24/6/2013, grifei). No mesmo sentido, confira-se o seguinte julgado da Quinta Turma: HC n. 243.953/MG, Rel. Ministro Marco Aurélio Bellizze, DJe 13/3/2013).

À vista do exposto, com fundamento no art. 34, XX, c/c o art. 246, ambos do RISTJ, **julgo prejudicado** este recurso ordinário em habeas corpus, pela perda superveniente de seu objeto.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**